



MEMÓRIA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA - 2021

Ao primeiro dia do mês de outubro de 2021, das 10 às 12 horas, realizou-se por via videoconferência a 45ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2021. Estavam presentes os representantes das seguintes instituições: Advocacia-Geral da União – AGU; Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR; Controladoria-Geral da União – CGU; Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Departamento da Polícia Federal – DPF; Ministério Público de Contas do Estado – MPC; Ministério Público do Paraná – MPPR; Observatório Social do Brasil – OSB; Receita Federal do Brasil – RFB; Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF; Tribunal de Contas da União – TCU; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. Registrada a ausência de representantes da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP, Ministério Público do Trabalho – MPT, Ministério Público Federal – MPF, Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE/PR, Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA e Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP. A sessão foi presidida pelo Coordenador Executivo, Maurício Kalache, e secretariada pela Controladoria-Geral do Estado.

Maurício Kalache (MPPR), como Coordenador Executivo, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou e agradeceu a participação de todos os presentes. Preliminarmente, submeteu aos membros do Colegiado a aprovação da Ata da 44ª Reunião Ordinária, que teve anuência plena. Após, passou para o próximo item da pauta: relatório de adesões ao Sistema e-Prevenção.

Luciano Cassio de Souza (TCU) parabenizou o Estado do Paraná pelo excelente resultado e apresentou as estatísticas do ente federativo em todos os Poderes. Informou que, apesar do vencimento do prazo para o preenchimento, o sistema permanece aberto para possíveis novas adesões. Destacou que todo esse sucesso é fruto da união de todos.

Maurício Kalache (MPPR) manifestou a sua emoção em razão da adesão integral das universidades estaduais, que por vezes acabam sendo refratárias às ações de controle.

Luciano Cassio de Souza (TCU) reforçou a interação dinâmica que vem tendo com os servidores estaduais e a boa receptividade pelos órgãos/entidades. Mencionou que aos poucos estão sendo estudadas e implementadas as melhorias sugeridas.

Maurício Kalache (MPPR) parabenizou o empenho dos Srs. Luciano, Luiz, Rafael Ayres e José William. Em especial, elogiou a performance do Dr. Raul, tendo em vista que, após a abertura realizada com os representantes das autoridades máximas do Poder Executivo Estadual, o sistema teve adesão em cascata. Por fim, indagou sobre as próximas etapas.

Luiz Gustavo Gomes Andrioli (TCU) externou a sua gratidão a todos os órgãos/entidades. Citou algumas ações que fomentaram a adesão, como: a ação do Sr. Ney, que solicitou a lista dos entes que não aderiram ao sistema; as inúmeras contribuições dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná; o evento de abertura organizado pelo Sr. Raul e; todo o empenho despendido pelo Sr. Luciano para a concretização da ação.

José William Gomes da Silva (CGU) aproveitou para agradecer a oportunidade de realizar esse trabalho conjunto e romper a barreira da individualidade institucional. Também prestou seus agradecimentos aos Srs. Kalache e Galatti, por auxiliarem na comunicação com o Procurador-Geral de Justiça para a formalização do novo Acordo de Cooperação Técnica.

Luiz Gustavo Gomes Andrioli (TCU) prosseguiu com a apresentação da próxima etapa do programa, qual seja, a contabilização das ocorrências de atos de corrupção no Brasil. Para essa etapa será realizada uma reunião técnica com as instituições responsáveis por auxiliar nessa quantificação.

Luciano Cassio de Souza (TCU) acrescentou que os novos prazos serão acordados na reunião. Em paralelo, as respostas dos formulários estarão em fase de homologação, o que ocorrerá por método de amostragem. Exemplificando: serão escolhidas aleatoriamente algumas respostas que servirão para a verificação do

cumprimento ou não do objetivo. Espera-se que a etapa de homologação ocorra até o final do ano corrente e a contabilização até o primeiro trimestre do próximo ano.

Ney da Nóbrega Ribas (OBS) teceu elogios ao trabalho de todos os envolvidos. Ainda, reforçou que a meta é trazer ao programa os entes que ainda não o aderiram.

Maurício Kalache (MPPR) agradeceu a iniciativa. Após toda a exposição e esgotado o tema, passou para o próximo item da pauta: portais de transparência de consórcios públicos e das organizações do terceiro setor que manejam recursos públicos. Reforçou a necessidade de um checklist para avaliar a publicidade, pois a quantia monetária envolvida é grande e as prestações de contas, somente, não estão sendo suficientes.

Alexandre Falia Coelho (TCE/PR), representante do novo Coordenador-Geral de Fiscalização, Sr. **Cláudio Henrique Castro**, relatou que tema está contemplado no escopo de mapeamento já realizado pelo Índice de Transparência Pública em 69 portais. Informou que, assim que concluído o relatório, poderá colocar à disposição.

Maurício Kalache (MPPR) afirmou que o relatório subsidiará e auxiliará em muito o trabalho. Ainda, deixou aberta a possibilidade de realizarem um trabalho em conjunto, a fim de evitar retrabalho e fortalecer a ação.

Luiz Gustavo Gomes Andrioli (TCU) relatou sobre as emendas parlamentares para consórcios.

Maurício Kalache (MPPR) reforçou a importância da pauta para o Brasil.

Bruno Sérgio Galati (MPPR) lembrou do aplicativo Pequenos Preço Paraná, que pode auxiliar no grupo de trabalho de políticas públicas, aumentando o nível de fiscalização e eficiência nos gastos dos recursos públicos. Também rememorou o índice de irregularidade nos últimos 5 anos, considerando que as estatísticas apresentam apenas 61% de execução orçamentária. A indagação que perdura é: se há o recurso, qual o motivo para a sua baixa execução?

Maurício Kalache (MPPR) destacou a concessão de benefício fiscal, tema de grande preocupação para as Receitas Federal e Estaduais.

Francisco Bignardi (RFB) colocou-se à disposição para verificar o tema e repassar para os integrantes da Rede.

Maurício Kalache (MPPR) externou a possibilidade de convidar alguém para expor sobre esse assunto, em especial a redução de renúncia de receitas ao mínimo sob o ponto de vista do mercado e da política.

Alexandre Falia Coelho (TCE/PR) explanou brevemente sobre as ações de fiscalização de impostos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

José William Gomes da Silva (CGU) reforçou a magnitude das renúncias fiscais, bem como manifestou-se favoravelmente ao incentivo fiscal à cultura.

Bruno Sérgio Galati (MPPR) falou da necessidade de construção de tese jurídica sobre o tema, tendo em vista seu uso discricionário. Destacou que o Estado tem a missão constitucional de direcionar os recursos públicos aos serviços que garantam a dignidade da pessoa.

Por fim, **Maurício Kalache (MPPR)** passou a palavra para as Comissões relatarem o andamento das atividades internas.

Bruno Sérgio Galati (MPPR) relatou que a Comissão Permanente de Acesso, Intercâmbio de Informações e Inteligência está realizando apresentações dos diversos órgãos sobre a aplicabilidade da LGPD. O último encontro contou com uma palestra muito elucidativa do TCU e a próxima está a cargo da Polícia Federal. Mencionou que a LGPD vem sendo amplamente estudada, inclusive com a tramitação de uma minuta de anteprojeto de lei que discorre a respeito das diretrizes para os diferentes níveis de acesso à informação.

Maurício Kalache (MPPR) concordou com a sensibilidade do assunto, que deve ser muito ponderado, tendo em vista o montante de dados disponíveis e o abuso no seu uso.

Danieli Kotelak de Melo (MPPR) relatou brevemente sobre as atividades da Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social; quanto ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC e o e-Prevenção; além da reunião virtual realizada no dia 23/09/2021 pelo Observatório Social do Brasil, na qual foram compartilhados

os andamentos dos trabalhos, o cronograma e os primeiros resultados da Força Tarefa Cidadã – Transparência Efetiva.

Ney da Nóbrega Ribas (OBS) informou que foram executadas 552 avaliações, que envolveram transparência ativa e passiva. Destacou que, ao final, será possível compartilhar muitas informações e que para os municípios com até 20 mil habitantes há previsão de conclusão das fases até o final do mês de outubro.

Maurício Kalache (MPPR) finalizou apontando o tema da próxima reunião, qual seja, o planejamento estratégico, que representa a metodologia de trabalho permanente.

Pedro Carmona (CELEPAR), considerando a grande relevância do tema, aproveitou para relatar o apoio da empresa Gartner à Celepar no desenvolvimento do governo digital. Colocou-se à disposição para verificar a possibilidade de uma palestra sobre um planejamento para a Rede.

Bruno Sérgio Galati (MPPR) reforçou a necessidade de inclusão do governo digital como um direito fundamental e de readequação desse novo cenário.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

| DELIBERAÇÕES | | | |
|--------------|-----------|-------------|----------|
| nº | Ação | Responsável | Previsão |
| 1 | Não houve | - | - |